

29.outubro.2014 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

- Entidade:** **Externato Alfred Binet**  
Dra. Fernanda Martins (diretora), Dra. Teresa Leitão, Prof. Nilson Mendes, Dr. Rodrigo Queiroz e Melo e Dra. Diana Matias
- Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho da Educação Especial: Margarida Almeida (Coordenadora), Maria Manuela Tender (PSD), Jacinto Serrão (PS), Rita Rato e Diana Ferreira (PCP).
- Assunto:** Atraso nos pagamentos relativos aos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015

As representantes do Externato Alfred Binet fizeram uma breve apresentação das preocupações que motivaram o pedido de audiência e que se prendem com a situação a instituição, que se vê confrontada, novamente este ano, com atrasos nos pagamentos das mensalidades relativas aos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015.

Esclareceram que o Externato celebra, habitualmente em setembro e janeiro de cada ano, contratos de cooperação com o Ministério da Educação e Ciência, sendo que estes contratos têm registado, nos últimos anos, atrasos sucessivos, que são insustentáveis e que não permitem cumprir com as obrigações fixas com os respetivos trabalhadores e com a Segurança Social. Chamaram a atenção para o facto de os contratos para 2014/2015 não terem sido ainda assinados e disseram esperar que os mesmos tenham em conta o número real de alunos que se encontra a frequentar os estabelecimentos de ensino.

Referiram-se também aos alunos encaminhados pela Segurança Social, que perderam a gratuidade de ensino no ano letivo 2013/2014, e que frequentaram o Colégio durante todo o ano, sem que as mensalidades tivessem sido ainda liquidadas. A este propósito, manifestaram a sua discordância quanto à intenção de a Segurança Social passar a pagar as mensalidades diretamente aos encarregados de educação.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Manuela Tender (PSD), que agradeceu a exposição e manifestou a sua preocupação face à situação descrita, considerando inaceitável o incumprimento de prazos e de compromissos. Terminou, propondo ao Grupo de Trabalho que solicite um pedido de esclarecimentos ao Governo sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) agradeceu a presença da delegação e lamentou a situação, que se repete cada ano, entendendo que as políticas de austeridade não podem justificar o incumprimento de compromissos. Afirmou ainda que o PS vai questionar o Governo sobre esta matéria, individualmente ou por intermédio do Grupo de Trabalho, e questionou ainda sobre a situação dos alunos com mais de 18 anos, sobre os montantes em falta e sobre a discrepância relativamente ao número de alunos que figura no contrato.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) saudou a delegação e afirmou que o PCP já questionou o Governo, por diversas vezes, sobre a situação de vulnerabilidade dos colégios, que é já recorrente, não tendo obtido resposta. Lamentou ainda a postura do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, que garantiu, na recente audição, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que a situação estava resolvida, quando tal não corresponde à verdade. Terminou, considerando que devem ser cumpridos os compromissos com as instituições, de forma a garantir o seu regular funcionamento, e defendendo que o Governo não pode abandonar estes jovens, invocando constrangimentos financeiros.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (Coordenadora) agradeceu a exposição e colocou algumas questões, nomeadamente sobre as razões para a discrepância no número de alunos no contrato, sobre o défice que existe em relação à Segurança Social e sobre eventuais atrasos. Terminou, considerando a situação inadmissível e afirmando que é fundamental



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

apurar responsabilidades, sendo que o processo, no ano anterior, ficou bloqueado no Ministério das Finanças.

Respondendo às questões colocadas, os representantes do Externato Alfred Binet esclareceram que o Externato tem 103 alunos com menos de 18 anos e 18 alunos com idade superior. Explicaram que são assinados dois contratos, dada a pluralidade ano civil/ano letivo, e disseram esperar que os mesmos contemplem, no presente ano, o número real de alunos, visto ser assinado tardiamente e estar já estabelecido o número de alunos, que foi já comunicado à DGEstE.

Relativamente aos montantes em dívida, afirmaram que, da discrepância do número de alunos, resultou, no final do ano letivo 13/14, uma diferença de, aproximadamente, 80.000,00€, sendo que a dívida total aos colégios ronda os 300.000€.

Terminaram, lamentando que a verba esteja disponível, encontrando-se a transferência apenas dependente da assinatura de uma portaria do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, e reafirmando que os colégios vivem uma situação insustentável, que não lhes permite pagar salários e encargos sociais.

Chamaram ainda a atenção para o facto de o Decreto-Lei n.º 3/2008 permitir apenas respostas para os alunos residentes em Lisboa ou no Porto e alertaram os Srs. Deputados para a necessidade de atualização das prestações aos alunos, que não se verifica há, pelo menos, 15 anos.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2014

A assessora da Comissão  
*Cristina Tavares*